



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 26/03/1997
C	<i>Stélio</i>
	Rubrica

Processo : 10865.001920/91-49

Sessão de : 06 de fevereiro de 1996

Acórdão : 203-02.556

Recurso : 90.221

Recorrente : INDUSTRIAL DE BEBIDAS SABARÁ LTDA.

Recorrida : DRF em Limeira - SP

IPI - OMISSÃO DE RECEITA. Infração comprovada e não infirmada. Inexistência de cerceamento do direito de defesa e observado o princípio do contraditório. **Nega-se provimento ao recurso.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: INDUSTRIAL DE BEBIDAS SABARÁ LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Sérgio Afanassieff.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 1996

Osvaldo José de Souza
Presidente

Sebastião Borges Taquary
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Celso Ângelo Lisboa Gallucci, Ricardo Leite Rodrigues e Tiberany Ferraz dos Santos.

itm/hr-gb



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10865.001920/91-49

Acórdão : 203-02.556

Recurso : 90.221

Recorrente : INDUSTRIAL DE BEBIDAS SABARÁ LTDA.

RELATÓRIO

Em 19.12.91, lavrou-se o Auto de Infração de fls. 01, exigindo da ora Recorrente o IPI e os acréscimos legais, de juros, multa e correção monetária, aos fundamentos de que a mesma, nos anos de 1987 a 1990, praticou reiteradas fraudes, visando a sonegar tributos, eis que: subfaturou preços, falsificou documentos, espelhou notas fiscais, vendeu sem notas, vendeu aguardente e tirou notas fiscais como se fosse groselha, emitiu notas fiscais para destinatários fictícios, tudo caracterizando sonegação por omissão de receita (fls. 02).

Defendendo-se, a autuada apresentou a Impugnação de fls. 721, onde fez constatação geral e afirmou que “não tem condições de receber, passo a passo, as referidas colocações”, porque seus documentos se encontram em poder do Fisco Estadual.

Essa defesa foi replicada pela Informação Fiscal, de fls. 724, que sustenta a inoperância da impugnação, por ser lacônica e não ser verdadeira a alegação de que os documentos da Recorrente estivessem em poder do Fisco Estadual, já que o autuante informante os encontrou, nos arquivos da autuada (fls. 724).

A Decisão Singular (fls. 749/771) julgou procedente a ação fiscal e manteve, no todo, a exigência, aos fundamentos assim ementados (fls. 749/750):

“EMENTA - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PRINCÍPIO DO INFORMALISMO - Conforme ensina a melhor doutrina, deve ser aplicado com espírito de benignidade e sempre em benefício do administrado, para que, por defeito de forma, não se rejeitem atos de defesa e recursos mal qualificados

IMPUGNAÇÃO PELA NEGAÇÃO GERAL - A impugnação que deixou de questionar de forma direta e objetiva qualquer item da autuação, porém termina por pedir o cancelamento do auto de infração, deve ser tomada como defesa de negação geral. Passível de anulação, pois, a decisão que não adotou esse critério, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição (Ementa do Acórdão nº 101-77.933, da Egrégia Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, prolatado em 17 de agosto de 1988).

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA A QUE ALUDE O ARTIGO 142 DO CTN - PRÁTICA DE ATO VINCULADO PELO AGENTE DO FISCO - Constatada



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10865.001920/91-49

Acórdão : 203-02.556

e comprovada a prática de inúmeros ilícitos fiscais (falsificação de documentos; fraudes na emissão de documentos; emissão de notas-fiscais calçadas; subfaturamento etc) deve o agente do fisco, em virtude do dever legal e de forma vinculada, proceder a todos os atos tendentes à concretização da atividade administrativa do lançamento (artigo 142, do Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66).

Com guarda do prazo legal (fls. 775), veio o recurso voluntário, de fls. 776/781, postulando a reforma da decisão singular aos argumentos de que houve grave lesão aos princípios constitucionais insertos dos íncitos LV e LVI do art. 5º da CF, eis que à Recorrente deram-se prazos inferiores para a defesa, negando-lhe a oportunidade da ampla defesa.

Em atendimento à Diligência de fls. 785, veio o Acórdão de fls. 788/796 de nº 103-14.019, da 3ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, o qual negou provimento ao recurso voluntário da mesma recorrente, junto àquele Colegiado, na área do Imposto sobre a Renda, cuja ementa (fls. 788) é a seguinte:

"IRPJ - APURAÇÃO PELO FISCO ESTADUAL.

O empréstimo da prova levantada pelo fisco estadual é admitida desde que relativa a fatos que tenham relevância para o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, como é o caso de omissão de receita. A completa ausência de argumentações, demonstrações e provas, por parte da contribuinte, que possam infirmar a imputação de omissão de receita e a farta documentação constante do processo, a comprovar as irregularidades, devem conduzir o julgador a manter o lançamento".

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10865.001920/91-49
Acórdão : 203-02.556

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO
BORGES TAQUARY**

A infração imputada à Recorrente resultou comprovada nos autos. A defesa e o recurso voluntário vieram desacompanhados de provas e argumentos capazes de infirmar a exigência fiscal.

Ao contrário do alegado, pela Recorrente, à mesma deu-se oportunidade da ampla defesa e assegurou-se-lhe o contraditório. E tanto isso é verdadeiro que a impugnação e o recurso estão nos autos, após as respectivas indicações, sendo certo, por outro lado, que os documentos fiscais relativos aos períodos e operações fiscalizadas foram encontrados, não com o Fisco Estadual, mas nos arquivos da própria Recorrente, conforme se infere da informação de fls. 724, a qual não foi contestada.

Também, tenho como não feita a defesa que não discute a matéria versada na peça básica, para, de forma genérica, negar a exigência, sem expender argumentos e produzir provas, como, aliás, fez a Recorrente, desde sua impugnação.

Assim, nego provimento.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 1996

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sébastião Borges Taquary".
SÉBASTIÃO BORGES TAQUARY